

## **EQUIPAMENTOS MODERNOS NA VILA DE TAPEROÁ-PB DURANTE AS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

**Ms. FAUSTINO TEATINO CAVALCANTE NETO (UFPG/UEPB)**

Trabalhos como o de Bresciani (1985) e Herschmann e Pereira (1994), dentre outros, demonstram que as primeiras décadas do século XX foram um período de grande mobilização em defesa da modernidade e da modernização das cidades brasileiras. Contudo, a amplitude e os ritmos desse processo variaram de acordo com as especificidades regionais.

Neste contexto, a cidade da Parahyba (atual João Pessoa), que durante os primeiros anos da República “conservava sua fisionomia rural” (MAIA, 2000), passou a adquirir um aspecto moderno com as obras do reformista de tradição liberal, Camilo de Holanda, que governou o Estado de 1916 a 1920, dando continuidade às obras progressistas e reformadoras principiadas no governo de João Machado (1908-1912) e de Castro Pinto (1912-1916). Tais reformas propiciaram à capital paraibana uma nova paisagem urbana, um aperfeiçoamento que pressupôs a “reforma das instituições sociais da época: cadeia, hospício dos alienados, hospitais, polícia urbana e instrução” (MONARCHA, 1999). Consistiu-se então em uma tentativa de se fazer chegar à modernidade por meio da modernização lenta e gradual, uma vez que, para alguns intelectuais, a modernidade ainda não podia ser detectada no Brasil, pois seu povo vivia, em muitos aspectos, sob tradições rurais.

Essa modernização gradual pela qual passava a capital paraibana era, ao mesmo tempo, uma referência para as cidades e vilas do interior do Estado, que em consonância com as novidades advindas dali procuravam adotar, na medida do possível, os chamados signos modernos. Tais implementações em muitas cidades e vilas da Parahyba, a exemplo da capital, foram movidas por um desejo de uma elite que pertencia a uma cultura de tradição rural. Estas - não sem conflito entre elas - deram início a uma série de alterações nos respectivos espaços urbanos, na tentativa de modificar as imagens de suas cidades e vilas: “havia uma necessidade de superar o desequilíbrio entre desenvolvimento material e desenvolvimento moral e intelectual” (MONARCHA, 1999, p. 57).

No quadro paraibano, observamos que a vila do Batalhão<sup>1</sup> passou a ganhar um relativo aspecto de moderno com as obras reformadoras do prefeito Félix Daltro (1905-1908/1908-

---

<sup>1</sup> Batalhão (Taperoá) deixou de ser vila e passou a ser cidade em 15 de novembro de 1938, pelo decreto lei estadual de nº 1.164. Câmara (1997) observa que as vilas de Piancó e Catolé do Rocha foram elevadas à categoria de cidade em 1933 e 1935, respectivamente, não entendendo a razão porque a de Taperoá, maior e mais comercial que estas, não foi contemplada. Observa ainda que isso se deveu, talvez, pela falta de interesses locais ou mesmo pelo fato dos interessados não dispuserem de prestígio político junto as autoridades estaduais.

1912). Reformas essas que propiciaram à vila não só uma nova paisagem ao seu espaço urbano como também constituíram novas representações que passaram a resignificar o imaginário dos cidadãos. BRESCIANI (1991) em seu texto “As Sete Portas da Cidade” nos apresenta sete perspectivas de estudo prontas a dar conta das várias facetas da vida urbana, sendo a quarta a que diz respeito à possibilidade de pesquisa quanto a “formação de uma nova sensibilidade, uma reeducação dos sentidos do habitante da cidade” (p. 12). É nesse sentido que pretendemos flagrar o momento em que alguns signos da modernidade urbana foram implementados naquela vila, e como essa vila e seus habitantes reagiram a isso<sup>2</sup>.

## 1. FÉLIX DALTRO: O DR. PROGRESSISTA?

A segunda metade do século XIX foi marcada, dentre outras características, pela ascendência da ciência. Somente por meio desta seria possível a revelação de verdades absolutas que proporcionariam por sua vez uma vida melhor. Nesse sentido o discurso científico se legitimou ao mesmo tempo em que procurou desautorizar qualquer outro discurso que pretendesse explicar a vida. Dessa forma, as ciências sociais (Antropologia, História e Sociologia) passaram a adotar os mesmos modelos explicativos das ciências naturais; sendo assim para esclarecer cientificamente o social, apropriavam-se das teorias desenvolvidas no domínio das ciências naturais e adequavam-nas para o estudo das sociedades<sup>3</sup>.

Tais estudos chegavam ao Brasil por meio dos intelectuais brasileiros que iam à Europa, para estudos ou lazer, ainda antes da proclamação da República. Um centro irradiador desses pensamentos no Brasil foi a cidade do Recife, através da Faculdade de Direito que congregava pensadores, juristas, sociólogos e poetas. Almeida (1962) descreve que vários filhos das elites

---

<sup>2</sup> Nos últimos anos os chamados ensaios baudelaireanos de Walter Benjamin têm contribuído para um melhor entendimento da experiência urbana moderna. Experiência que teve na obra de Baudelaire, como se sabe, a sua representação matricial, a partir das grandes transformações ocorridas com Paris em meados do século XIX. Paris e Baudelaire se tornaram rapidamente em modelo para reflexões que buscavam iluminar os mais variados aspectos do viver moderno, leia-se, das experiências urbanas de homens e mulheres ocidentais do século XIX e XX. Cf. BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas III*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

<sup>3</sup> Cabe destacar algumas adaptações: Para o **positivismo** do francês August Comte o homem estava em constante progresso rumo a uma vida melhor, que seria alcançada através do abandono das explicações da sociedade pelas superstições, mitos, religião e pela adoção da razão científica; O **evolucionismo** do inglês Spencer entendia que todas as sociedades passariam necessariamente por três estágios gradativos de evolução – a selvageria, a barbárie e a civilização –, estabelecidos de acordo com o grau de desenvolvimento da indústria, da sociedade, do governo, do comércio, da linguagem, da ciência e da arte; já a **antropologia criminal** do italiano Cesare Lombroso pretendia, por meio da investigação matemática sobre os corpos – medição de crânios, formas anormais da mandíbula, assimetrias na face ou em outras partes do corpo, etc. – revelar quais pessoas eram predispostas à criminalidade e à psicopatia.

nortistas, inclusive paraibanos, foram colegas na Faculdade do Recife entre o final do século XIX e o início do XX. Para os mesmos, o país precisava se modernizar e esse olhar moderno se voltava, sobretudo, para o meio urbano, uma vez que as cidades passaram a representar o símbolo do novo, em contraposição ao meio rural, representante do obsoleto, quando não do bucólico, etc.

Através de nossas análises constatamos que, em meio ao contexto dos discursos de modernidade que chegavam ao Brasil e à Paraíba, também em Batalhão, já a partir do início do século XX, os representantes da elite local passaram a se preocupar em dar à vila o caráter do moderno. Essa preocupação se tornou evidente a partir de 1904, quando o então presidente do Estado Álvaro Machado nomeou para a chefia municipal Félix Joaquim Daltro Cavalcanti<sup>4</sup>, que, enquanto prefeito do lugar por dois mandatos consecutivos (1904-1908/1908-1912)<sup>5</sup>, empreendeu uma verdadeira “arrumação” no sentido de organizar Batalhão “em moldes mais modernos” (Jornal *A Imprensa*, 31 jan. 1940)<sup>6</sup>.

Cabe ressaltar que Félix Daltro era natural de Cabaceiras - PB e formado advogado em 1880, pela Faculdade de Olinda, tendo chegado a Batalhão em 1890, na ocasião em que foi criada a Comarca, para ser o primeiro juiz de Direito da vila. Quando, dois anos depois, a referida Comarca foi extinta o mesmo permaneceu naquela vila ingressando na política local ao lado dos Farias Castro. Outra observação interessante quanto à sua formação intelectual é o fato de que o mesmo esteve entre os fundadores do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba<sup>7</sup>, quando, seguindo orientação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi instituído na Paraíba em 1905, tendo na pessoa do presidente do estado um dos principais incentivadores para sua criação.

---

<sup>4</sup> Álvaro Machado logo que assumiu o seu segundo mandato de presidente do Estado (1904-1908) restaurou os cargos de prefeito e subprefeito em cada município, que haviam sido criados em 1895 e suprimidos em 1900. Era o jogo político dos quadriênios de cada governo estadual, que nesse momento serviu como estratégia para Álvaro cooptar alguns antigos venancistas, dentre os quais Félix Daltro.

<sup>5</sup> No período de 1908 a 1912, Félix Daltro era ao mesmo tempo prefeito de Batalhão e deputado estadual, sendo reeleito deputado para as legislaturas de 1912 e 1916, ocupando no quadriênio 1917-1920 a vice-presidência da Assembléia legislativa do Estado. Cf. Mariz, 1987.

<sup>6</sup> Nos meses de janeiro e fevereiro de 1940, Epaminondas Câmara publicou nove folhetins no jornal *A Imprensa* de João Pessoa, que foram utilizados por nós ao longo dessa pesquisa. Pimentel (2001, p. 38), relata que conheceu Epaminondas Câmara no ano 1916, em Taperoá. “Era um humilde empregado do bazar comercial do cel. Joaquim Rodrigues Coura...”

<sup>7</sup> O IHGP foi fundado em 07 de setembro de 1905, tendo como fundadores o presidente do Estado da Paraíba, Álvaro Machado, e mais cinquenta sócios, entre jornalistas, políticos, magistrados, militares, professores, serventários da justiça, romancistas, poetas, médicos, sacerdotes, dentre outros. (GUIMARÃES, 1998, p.p. 22/23). Em linhas gerais, o IHGP não diferia do IHGB, tendo em vista que os sócios eram, ao mesmo tempo, ocupantes de cargos burocráticos com formação construída, notadamente, no Liceu Paraibano e na Faculdade de Direito do Recife (DIAS, 1996, p. 36).

## 1.2. INFRA-ESTRUTURA PARA O PROGRESSO

A preocupação do então prefeito em modernizar a vila é bem expressa no relatório anual relativo ao exercício de 1908, dirigido por ele ao Conselho Municipal, como segue (Apud JOFFILY, 1909, p.p. 762-763):

Como sabeis, senrs. Conselheiros, as principais fontes de receita do município são os disimos de miunça e lavoura. Infelizmente, porém, durante o anno de 1908, não cahio em ponto algum do município a chuva suficiente que desse para germinar a pastagem precisa para nutrição da criação, que por isso mesmo veio a perecer, na sua máxima parte; e nem os nossos laboriosos agricultores, apesar dos ingentes esforços empregados, conseguiram obter o resultado do seu trabalho. D’ahi a quase nullificação destas duas principaes fontes de receita, cuja falta muito tem concorrido para o adiamento de **alguns melhoramentos de que muito carecemos**. Um deles é a **iluminação pública desta Villa**, mas devido ás causas apontadas, ainda não poude iniciá-la, apesar de ter, na lei orçamentária, consignado verba para tal fim. Outro é a **arborisação das ruas e praças desta Villa** – já por vezes tenho tentado ver se consigo este *desideratum*, mas me parece impossível consegui-lo, visto ser o solo em que está situado este povoado, forrado de espessa rocha. (Grifos nossos).

Conforme destacado observamos que Félix Daltro lamentou aos conselheiros municipais o fato de que no ano de 1908 não foi possível uma boa arrecadação de impostos ao mesmo tempo em que diz que por isso ocorrera o “adiamento de alguns melhoramentos de que muito carecemos”. Pelas suas palavras podemos entender o quanto ele considerava necessário os “melhoramentos” da iluminação pública e da arborização das ruas e praças, ambos impossibilitados de terem sido efetivados. O primeiro devido à falta de verba, uma vez que a seca assolou o município naquele ano, e o segundo pela incompatibilidade do terreno pedregoso à adequação de árvores. Tais evidências nos revelam que, mesmo não realizando tais “melhoramentos”, o simples fato de desejá-los, identificando-os como símbolos modernos, anuncia os debates do momento em torno do novo em detrimento do velho, criando, desse modo, uma expectativa naquela sociedade.

Percebemos que o prefeito tinha em mente o embelezamento da vila para que a mesma apresentasse uma aparência de cidade moderna, e nesse sentido, ao longo de suas gestões, vencendo os obstáculos que se apresentavam, “Iluminou a querozene toda a vila, composta então de 1 praça, 2 ruas e 1 travessa”<sup>8</sup> (Jornal *A Imprensa*, 31 jan. 1940).

---

<sup>8</sup> Esse sistema de iluminação pública funcionava cotidianamente a partir do entardecer, quando então o acendedor de lampião, conduzindo uma escada e uma lata de querosene, subia aos postes, depositava uma porção de querosene e ateava fogo no lampião, permanecendo assim até as nove horas da noite, quando então o mesmo acendedor apagava-os. As ruas da vila foram iluminadas, contudo o interior das residências continuaram como

Essa iluminação da vila refletia um contexto mais geral em que a imagem de luz artificial assumia a importância de moderna, ao mesmo tempo em que se percebia que escuridão e vida citadina eram incompatíveis. Segundo Aranha “Ocorre que a luz artificial moderna passa a ser encarada como sinônimo de segurança, sem a qual o crime prolifera e não se tem como combatê-lo” (2005, p. 122). Assim o medo da escuridão parece ter sido um dos principais pretextos para a afirmação da luz artificial moderna como uma forma de prolongamento do dia. Esse contexto nos faz identificar os diferentes ritmos temporais de lugar pra lugar no que diz respeito a estes signos modernos, pois em outras localidades brasileiras o querosene já era visto como sinônimo de algo obsoleto.

Contudo, essa inovação constituiu uma grande conquista para vila em termos de modernidade urbana, a perceber pelo fato de que, quando já era novidade nas grandes cidades brasileiras a energia elétrica, a capital paraibana ainda utilizava este sistema de iluminação, ocorrendo à mudança do querosene para o álcool, e deste, em 1903, para o consumo de carbureto de cálcio, que produzia luz intensa esverdeada. Terceiro Neto (1999, p. 75) descreve que apenas em fins de 1910, quando era governador João Lopes Machado, o contrato para o fornecimento de energia elétrica foi firmado, surgindo assim a primeira usina de luz com geradores importados da Alemanha.

Ainda no que diz respeito à infra-estrutura da vila o prefeito “progressista” “(...) Aumentou a barragem do açude público. (...)” (Jornal *A Imprensa*, 31 jan. 1940). Mariz (1910, p. 77) descreve que no início do século XX, “quando o estio se prolonga, a vila fica desabastecida d’água potável que, entretanto, existe a pouco mais de kilometro”. Joffily (1909, p. 760) enumera os poucos reservatórios existentes naquele município no referido período, conforme quadro abaixo:

**QUADRO 01 – AÇUDES NO MUNICÍPIO DE TAPEROÁ EM 1909**

<b>PROPRIETÁRIO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Dr. Félix Daltro	Sede da Vila	01
<b>Municipal</b>	<b>Sede da Vila</b>	<b>01</b>
Capitão Joaquim Rodrigues Coura	Sede da Vila	01

---

antes, providas do uso de candeias a azeite, carbureto e os chamados “murrões”. Estes eram movidos a gás com um pavio feito de estopa, evoluindo depois para as lamparinas e os candeeiros acessos à base do querosene, também peculiar à população da zona rural.

Família Oliveira Leite	Fazenda Marcação	03
Capitão Manoel Rodrigues	Fazenda Muquém	01
Família Villar	Fazenda Pereiro	01
Família Villar	Fazenda Jardim	01
Família Villar	Fazenda Cacimba dos Cavalos	01
Família Villar	Fazenda Pico	01
Coronel Benedito Queiroga	Fazenda Cosme Pinto	01
Capitão Pedro Fernandes Pimenta	Fazenda Cosme Pinto	01
Capitão João Baptista Casullo (Tito)	Fazenda Cacimba de Pedras	01

FONTE: JOFFILY, 1909, p. 760.

Percebemos pela representação acima que o núcleo urbano contava apenas com um reservatório de água, ficando os demais inseridos nas fazendas dos grandes proprietários rurais do município. Entendendo o quanto o problema da seca era um agravante para aquela população “desejosa” de progresso, foi que Félix resolveu empreender esforços em acrescer a barragem do açude municipal que ficava na vila, para que o mesmo comportasse uma maior abundância de água e assim diminuísse o flagelo daquela comuna.

Félix Daltro, em 14 de junho de 1908, também “Conseguiu que pela vila passasse a linha telegráfica do interior instalando-se ali uma agência” (Jornal *A Imprensa*, 31 jan. 1940). O sistema de comunicação telegráfica chegou à Paraíba em 1876, anterior, inclusive, ao advento da linha férrea, através do paraibano Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, então Ministro da Justiça. Todavia, limitou-se à capital paraibana, deslocando-se dali para o interior apenas vinte anos depois, já no período republicano, por iniciativa do presidente estadual Álvaro Machado, quando se estendeu e estacionou em Campina Grande (1896). No contexto de sua expansão para o interior (nos espaços que atualmente conhecemos por Cariri e Sertão), no início do século XX, foi que esse sistema moderno chegou a Taperoá, levando consigo técnicos especialistas em monitorá-lo<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Em pesquisa realizada nos livros de óbitos do Cartório de Registro Civil de Taperoá encontramos o assentamento do falecimento, em 11 de janeiro de 1911, de José Paulino de Magalhães, Guarda Fio de Segunda Classe do Telegrafo Nacional, que era natural de Bela Vista (PE) e morreu com 50 anos de tuberculose. Um outro óbito detectado foi o de José Liberalino da Nóbrega, natural e residente em Santa Luzia, com 30 anos de idade, sendo o mesmo Guarda Fiscal do Telégrafo Nacional em Batalhão. O falecimento ocorreu a 03 de março de 1917, na ocasião em que o referido foi atravessar o rio Taperoá, em plena cheia, em uma balsa objetivando consertar a linha telegráfica que estava interrompida em virtude de ter caído alguns postes do lado oposto o rio. Como consequência dessa atitude deu-se o afogamento do guarda na presença de muitas testemunhas, sendo seu

É importante observar o quanto essa aquisição pode ter representado e trazido ares de modernidade para o lugar, uma vez que o fato foi para aquela sociedade, o que podemos chamar de uma revolução na comunicação local. Este sistema moderno representava o progresso tecnológico que encurtara as distâncias entre alguns que ali residiam com o resto do país e isso, por certo, fez o imaginário coletivo local representar o lugar como avançado. Nesse sentido Aranha (2005, p. 105) confirma nosso pensamento:

O telégrafo e o telefone representam muito para cada comunidade, representam o fim das barreiras espaço-temporais em sua comunicação com o mundo exterior. Providenciais fios metálicos, por meio dos quais tal ou qual comunidade, uma vez dispondo do equipamento, mantêm-se em sintonia, sem necessidade da presença física ou deslocamento corporal, com o mundo dito *civilizado*.

Ainda segundo Aranha (Idem, p.p. 106-107) eram poucas as comunidades do interior que tinham o privilégio de contar com um posto telegráfico. Geralmente as poucas que possuíam eram aquelas que também haviam sido contempladas com a estrada de ferro, sendo, portanto, mais reduzido ainda as comunidades que tinham agências telegráficas independente do vínculo com o trem de ferro. Nessa exceção inscreve-se o caso da vila de Taperoá que não dispunha do trem<sup>10</sup> e que foi beneficiada com o advento do fio telegráfico em detrimento a outras mais antigas e centrais daquela área, a exemplo de São João do Cariri. Pimentel (1953, p. 71), relatando um incidente<sup>11</sup> ocorrido quando da passagem do Coronel Rego Barros e sua comitiva por São João do Cariri, na ocasião da campanha estadual de 1912, descreve a ausência deste equipamento naquela antiga vila, como segue:

Na cidade dos Gaudêncios e dos Britos, não havia telegrafo. Da comitiva foi destacado um membro, o Snr. (sic) Ezequiel Rodrigues, para ir a Taperoá passar os telegramas narrando o acontecido ao presidente da República, ao Sr. Ministro da Guerra e ao comandante da Região, em Recife, enquanto os demais, com o candidato, voltavam a Campina Grande (...) (PIMENTEL, 1953, p. 71).

Esse ineditismo pode corroborar nosso pensamento de que, possivelmente, esse ícone tenha representado muito o moderno para aquela população.

---

cadáver encontrado apenas no dia 16 do mesmo mês, distante uma légua da vila, depois que as águas baixaram. O corpo já se encontrava em estado de putrefação enterrado no leito do rio, mas foi removido e sepultado no Cemitério Público daquela cidade.

<sup>10</sup> O trem só chegaria ao município em 1958, quando então a linha passou pelo distrito de Estaca Zero.

<sup>11</sup> “Nesta cidade, os esperava um incidente nada agradável para o passeio político que pretendiam fazer por todo o Estado. Aí, destacava o alferes José Vicente, e quando os reguistas entusiasmados saíram à rua a pregar o retrato do coronel, houve quem se opuzesse e disto nasceu a rixa que pôs frente a frente o alferes e o coronel. Pouco faltou para degenerar uma tragédia, dada a exaltação dos ânimos de lado a lado. (...)”. (PIMENTEL, 1953, p. 71)

A chegada desse signo moderno ali se deveu, talvez, a importância que a vila tinha enquanto ponto obrigatório de passagem para o sertão, assim como pelo fato de destacar-se economicamente dentre as demais, como afirma Joffily:

A grande estrada do alto sertão da província, denominada Espinharas, passando pelo centro da vila, entretém um ativo comércio de trânsito; o que junto à feira semanal de gêneros alimentícios e de todos os produtos do município, a melhor da extensa comarca de S. João, assegura-lhe um futuro próspero; (...) (JOFFILY, 1889, p.p. 413-414).

Mariz, que viveu na vila do Batalhão (Taperoá) entre 1890 e 1913, diz ainda que “A vila em meu tempo gozava a fama de ser a mais ridente desses interiores, afora Patos”. (...). “Quando vivi lá era quase contínua a passagem de combóios, boiadas e tropas de cavalo que davam ao lugarejo um sopro de vida sem par”. (...).(1976, p. 179)

Junto a esses fatores não podemos deixar de considerar que os fortes laços, tanto político quanto de amizade, que existiam entre Félix Daltro e Álvaro Machado, chefes dos executivos municipal e estadual, respectivamente, também podem ter contribuído para que a vila do Batalhão recebesse o fio telegráfico.

### **1.3. A HIGIENE URBANA E O “ADOÇAMENTO DOS COSTUMES”**

Pretendendo desinfetar o espaço urbano, com vistas a higienizar a vila, Félix Daltro “(...) Construiu um cemitério de alvenaria no bairro Chã da Bala e demoliu o antigo, existente em torno da Igreja Matriz (1908). (...)” (Jornal *A Imprensa*, 31 jan. 1940). A edificação desse cemitério derrubado data de 1860, quando os locais solicitaram ao padre Ibiapina a demarcação de uma área específica para o sepultamento dos seus entes<sup>12</sup>. Sobre isso Pinto (1977) descreve que

(...) Neste mesmo anno (1860) passando ahi o padre Ibiapina e descansando na dita fazenda Batalhãosinho, fizeram-lhe sentir alguns moradores fazendeiros das circunvisinhanças a necessidade da construção de um cemitério, pois o mais próximo era a 36 kilometros. O padre, então solicito ao pedido e com o auxilio dos ditos moradores, constituiu um pequeno cemitério, ainda hoje (1905) existente no centro da villa (PINTO, 1977, p. 284).

Esse cemitério foi construído na margem leste da vila, sendo que no ano seguinte “levantaram ali uma capelinha de taipa dedicada a N. S. da Conceição, a qual em 1862,

---

<sup>12</sup> Com os surtos epidêmicos pela província a fora, notadamente o “cólera-morbus” em 1856 e 1862 que matou um terço da população paraibana, os habitantes do interior passaram a necessitar de local específico para sepultar os cadáveres, uma vez que as igrejas já não mais dispunham de espaços para este fim. Isso fez com que o povo solicitasse aos padres missionários a demarcação e construção de cemitérios nos povoados e vilas da Paraíba. Cf. Câmara, 2000, p.p. 88-89.

graças novamente ao referido padre, que ali voltara, foi renovada em melhores condições. Começou então a povoar o lugar (...)” (Idem). Durante a segunda metade do século XIX, esta capela foi adquirindo maior proporção ao ponto de em 1904, com a criação da paróquia, ser transformada em igreja Matriz<sup>13</sup>. Ainda analisamos que o conjunto - cemitério-capela - estimulou ainda mais a vinda de novos moradores a se estabelecerem ali, onde montavam suas residências e negócios, como ressalta Mariz (1910, p. 74) “Rodeando a chata capellita, que largo e forte cemitério encerrava, se erguia depois de 1880 um número de casas superior a cinquenta, em cujo centro bôa feira semanal de cereas animava o comercio”. Sobre esse crescimento urbano Joffily (1889), descrevendo a trajetória histórica do lugar, diz que “(...) formando-se com rapidez a povoação, que é hoje a linda vila do Batalhão, contendo perto de 150 casas” (p. 413). Esse autor diz ainda que “para celebração do culto divino existe somente a capela do cemitério, situado em condições anti-higiênicas, por estar ao nascente e quase dentro da vila. (...)”<sup>14</sup> (p. 414).

Percebe-se que, entre o final do século XIX e início do XX, ocorreu um crescimento significativo da vila e nesse sentido Mariz corrobora nossa afirmação quando descreve que ela “Está dividida em oito quarteirões, com quinhentos eleitores” (...). (...) “Compõe-se de cento e cinquenta casas urbanas (...)” (1910, p.p. 73 e 77). Tal desenvolvimento fez com que o cemitério e a capela, que a princípio encontravam-se a costa leste da vila, passassem a fazer parte do aglomerado urbano, dando a este a condição de anti-higiênico, tanto pelo dito cemitério se encontrar inserindo-se na urbe, quanto por situar-se na parte nascente desta, de onde emanavam os ventos<sup>15</sup>. Possivelmente ocorria o adensamento das más condições

---

<sup>13</sup> A dimensão que a atual igreja de São Sebastião (antiga igreja Matriz do Batalhão) tem atualmente nem sempre a teve. Em 1861 era uma simples capelinha ao centro do cemitério, já no ano seguinte, com mais uma passagem de Ibiapina por Batalhão, recebeu uma ampliação, contudo permanecendo ainda ao centro do cemitério. Em 1865, já se encontrava realizando ofícios religiosos, conforme livros de registros de batismos, ano em que foi empreendida mais uma tarefa de ampliação, quando passou por lá o também missionário padre Hemenegildo Herculano Vieira da Costa, sendo a reforma concluída apenas em 1894, dimensionada a proporção a qual é atualmente. O que antes se resumia ao centro do cemitério passara a se estender a sua frente, permanecendo o conjunto: igreja, cemitério e praça até 1905, quando então o cemitério foi demolido.

<sup>14</sup> Atualmente se é possível observar as lapides nas paredes da igreja dos sepultamentos do major João Baptista Casullo, nascido na Itália e falecido ali em 1896, e de sua neta Joanna Fernandes Casullo, falecida aos cinco anos em 1896. O que pode significar que, mesmo existindo o cemitério ao seu entorno, a matriz reservava seu espaço interior para o repouso eterno das famílias mais abastadas da vila.

<sup>15</sup> No Brasil, desde o final do século XIX, propagava-se no imaginário social a teoria miasmática, que se baseava no princípio de que o contágio das doenças acontecia através da inalação de miasmas (vetores invisíveis), ou seja, o ar fétido proveniente de matéria orgânica em putrefação carregaria consigo partículas danosas à saúde, e

higiênicas com a presença de habitantes indesejáveis como ratos, moscas, etc. que em muito contribuíam para a eclosão de focos epidêmicos. Em pesquisa aos óbitos ocorridos entre 1905 e 1908, anos da posse de Félix Daltro e da construção do novo cemitério, respectivamente, constatamos mortes provocadas pelas doenças epidêmicas da tuberculose e da febre (tifóide), tendo esta ocasionado cinco óbitos em 1907 e dezoito em 1908<sup>16</sup>.

Com base na teoria miasmática, a medida mais defendida pelos médicos sanitaristas do período pelo país a fora era a que todas as atividades que pudessem propiciar a formação de miasmas deveriam acontecer longe do convívio da população, desta forma, equipamentos como curtumes, matadouros, mercados, hospitais, lazaretos e cemitérios, que lidavam com matéria orgânica em putrefação, deveriam localizar-se afastados do núcleo urbano.

Tendo em vista essa condição presente na vila e em consonância com tais pensamentos vigentes, o prefeito Félix Daltro, em 1908, resolveu construir um novo cemitério público, agora no sentido oeste da vila, à margem direita da estrada que seguia para o sertão, próximo ao rio Taperoá, de acordo com a orientação de que este “deveria se situar fora do perímetro urbano, em lugares elevados e arejados, cercados de árvores frondosas que ajudassem a limpar o ar, longe de fontes de água potável e fora da rota de ventos que soprassem sobre a cidade” (REIS, 1991). Ao mesmo tempo providenciou a demolição do antigo cemitério que ladeava a Matriz. Do cemitério construído por Ibiapina só restou “O túmulo do major Laurênio, que por se caro e prestigioso, se manteve ao lado da primitiva igreja paroquial na praça onde era também a primitiva necrópole” (MARIZ, 1979, p. 180).

Segundo REIS (1991), a construção de cemitérios extramuros além de garantir, segundo o discurso médico da época, um ambiente mais higienicamente indicado para o repouso dos mortos, deveria ter uma função educativa para a sociedade, tornando-se verdadeiras aulas de comportamento cívico: ali as pessoas encontrariam túmulos monumentais a celebrar “cidadãos exemplares que haviam bem servido o país e a humanidade”<sup>17</sup>. Ainda segundo este

---

ao ser inalado pelas pessoas, essas ficariam doentes. E assim em muitos locais do país as políticas de combate às epidemias passaram a fazer uso dos métodos dessa teoria. Cf. Rago, 1985, p. 168.

<sup>16</sup> Segundo o livro de óbitos 1-C, do Cartório de Registro Civil de Taperoá, nos anos de 1905 e 1906 ocorreram 02 e 05 falecimentos, respectivamente. Depois desses anos os próximos apresentaram os números de óbitos que seguem: 1907, 29; 1908, 42; e 1909, 52; um crescimento vertiginoso se considerarmos aquele pequeno núcleo urbano, o que pode ser indício de um período marcado pela proliferação de doenças, até porque nos anos de 1910, 1911 e 1912 estão registradas 23, 12 e 10 mortes, respectivamente

<sup>17</sup> Conforme verificamos nos antigos livros de registros de óbitos existentes no Cartório de Registro Civil de Taperoá e no próprio cemitério, ali está sepultado um grande número de pessoas que naquele e em outros municípios residiam, dentre os quais nome políticos em suntuosos túmulos, tais como: Manoel de Farias Castro,

autor “no cemitério-modelo dos reformadores funerários, a virtude cívica substituiria a devoção religiosa”, caracterizando-se, desse modo, em um programa burguês que se recomendava à sociedade de então naquela municipalidade.

Nessa tarefa de higienizar a vila também “(...) organizou serviços de limpeza (...)” (MARIZ, 1910, p. 75) de suas poucas ruas. Essas ações contribuíram para que aquela população formasse no imaginário coletivo uma representação de substituição de um velho por um novo tempo, a ponto de Joffily descrever sobre o lugar naqueles anos que “o estado sanitário é excelente” (1909, p. 762).

A intenção de civilizar, contudo, não se limitou apenas à estrutura física da vila, mas fez-se presente também nos costumes cotidianos das pessoas, especialmente dos “populares”, pois hábitos e atitudes do dia-a-dia do povo também passaram a ser vistos e ditos negativamente sob a ótica do discurso do progresso. Sobre a ação de Félix Daltro, no que diz respeito às mudanças dos costumes na vila, Mariz<sup>18</sup> (1910) descreve:

Victorioso, pôz mãos a obra de remodelação material e **moral** de Batalhão. (...) (...) publicou um **regulamento** para cuja organização e aprovação influio directamente offerecendo aos administrados cousas que ainda não possuíam e os melhores exemplos de abnegação e esforço (...). **Sob o ponto de vista moral, ele concorreu para o adoçamento dos costumes, desarmando o cangaceirismo, louvando com entusiasmo as diversões e fanqueiando a todos a gentileza da sua hospitalidade** (MARIZ, 1910, p.p. 75-76). (grifos nossos).

Pelo dito acima percebemos que a afirmação da moral e dos bons costumes se apresentava para Félix como urgente, e nesse sentido providenciou prescrições que tinham por objetivo fundar uma nova ordem urbana, em correspondência estreita com os novos tempos, impondo dessa forma uma nova ordem moral através de um novo código de conduta (regulamento)<sup>19</sup> que regesse os munícipes, uma vez que, como nos deixa perceber o autor acima, estes necessitavam de um “adoçamento dos costumes”. Parece-nos que as atitudes

---

a quem se atribui a fundação do povoado, falecido em 16 de junho de 1909; o ex-deputado provincial Sulpício Torres Vilar, finado em 03 de novembro de 1910; Félix Joaquim Daltro Cavalcante, morto em 11 de janeiro de 1920.

<sup>18</sup> Celso Mariz era natural de Sousa, onde ficou órfão de pai aos três anos de idade (1888), indo então morar com seu padrinho Félix Daltro no distrito de Catingueira, que na época pertencia ao município de Piancó, onde este exercia o cargo de juiz municipal. Quando Félix foi nomeado juiz de Batalhão trouxe consigo seu filho adotivo, permanecendo ali, entre idas e voltas, até 1913. Cf. Terceiro Neto, S/D.

<sup>19</sup> O primeiro código de posturas municipais foi aprovado em 1º de dezembro de 1888, pela lei provincial de Nº 879. Cf. Mariz (1910, p. 73).

tidas como indesejáveis estavam associadas às práticas do cangaço, como sendo sinônimo de rusticidade e que necessitavam ser substituídas pelas diversões e gentilezas para com o outro, marcas estas personificadas ao próprio prefeito. Para Félix havia a necessidade de mudar certas representações, ensinando novos gestos e atitudes aos habitantes, de modo a fazerem uso de novas maneiras de agir e relacionar-se em meio a uma atmosfera moderna e progressista experimentada pela vila naquele momento.

Esse projeto parece-nos ter sido absorvido e empreendido pela elite local, através de ações como as das senhoras da elite local, dentre as quais Domitila de Castro (esposa do prefeito) e outras mais, quando juntas ao pároco João de Deus Mindelo da Cruz (1910-1911) fundaram o Apostolado da Oração em 1910<sup>20</sup>. Esse ato pode servir de exemplo para que percebamos como a Igreja, a serviço do poder local, passou a atuar em consonância com o novo modelo de sociedade proposto, onde, evidentemente, a postura da moral e dos bons costumes era defendida sobrepondo-se às atitudes consideradas nada condizentes com os tempos modernos.

Para garantir o estabelecimento dos costumes morais, Félix passou a contar com o apoio de alguns outros instrumentos mantedores da “modernidade”, e nesse intuito providenciou comprar, em 1906, um sobrado público para nele funcionar o Conselho Municipal, o Fórum, o Quartel da polícia e a Cadeia, instituições normativo-repressivas que o auxiliariam no estabelecimento da “ordem” e do suposto “progresso”. Sobre este imóvel Joffily apresenta que “O prédio em que estão a Cadeia e Quartel, e em que funciona o Conselho municipal e Forum, foi comprado e reconstruído em 1906, quando já representante do poder municipal o dr. Félix Joaquim Daltro Cavalcanti, actual prefeito”, ressaltando que “Há um prédio publico municipal, com dois pavimentos, no superior funcionam o Conselho Municipal e Fórum, no outro estão a Cadeia e Quartel do destacamento policial”. (1909, p.p. 761- 762).

Este espaço, que o foi primeiro prédio público da vila, passou a representar as esferas do poder legislativo e judiciário local, responsáveis por elaborar condutas e fazerem ser garantidas, respectivamente. Notadamente um lugar de extrema importância para os

---

<sup>20</sup> O Apostolado foi fundado por: Joanna Maria de Farias (Joaninha de Farias) era a viúva de Manuel de Farias Castro, então fundador do povoado; Amélia Maria de Queiroz Melo era filha de Laurênio Bezerra de Albuquerque e primeira esposa de Manoel Taigy de Queiroz Mello, ambos grandes comerciantes locais; Domitila de Castro era a esposa do prefeito advogado Félix Daltro; Ana de Farias (Donana); Josina de Albuquerque Coura, também era filha de Laurênio Bezerra de Albuquerque e esposa de Joaquim Rodrigues Coura, ambos grandes comerciantes locais; Maria da Penha Pinto (Dona Penha) era esposa de Manoel Pinto Barbosa; Júlia Ribeiro de Barros Farias era esposa do coronel Pedro Alves de Farias Nóbrega; e Leonilla Torres.

propósitos progressistas do então prefeito, que ao mesmo tempo “Organizou uma pequena guarda municipal, (...)” (Jornal *A Imprensa*, 31 jan. 1940), para que assim os espaços se tornassem vigiados e condicionados a um “adoçamento dos costumes”.

Por tudo que foi analisado constatamos que o período em que o advogado Félix Daltro administrou o município de Taperoá pode ser considerado o primeiro momento em que aquela vila e sua sociedade passaram por um processo de transformações, com vistas a adequar-se ao discurso da modernidade. Não obstante, observamos que esse processo foi interrompido nas três gestões administrativas que se seguiram<sup>21</sup>, sendo retomado somente em 1925, quando foi prefeito do lugar o comerciante local Hermann Cavalcanti.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1962.

ARANHA, Gervácio Batista. “Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e Outras Conquistas Materiais e Simbólicas (1880-1925)”. In: Ó, Alarcon Agra do, et alli. **A Paraíba no Império e na República: Estudos de História Social e Cultural**. 3º ed. João Pessoa: Idéia, 2005.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas III*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. “Metrópoles: As Faces do Monstro Urbano (As Cidades no Século XIX)”. **Revista Brasileira de História: Cultura e Cidades**. São Paulo, ANPUH, Vol. 5, N. 8 e 9, 1985, p.p. 39-68, set./abr.

\_\_\_\_\_. “As Sete Portas da Cidade”. IN: **Espaço e Debate - Depoimentos**, N° 34, 1991.

CÂMARA, Epaminondas. **Municípios e Freguesias da Paraíba**. Campina Grande: Edições Caravela, 1997.

\_\_\_\_\_. **A Evolução do Catolicismo na Paraíba**. Campina Grande: Edições Caravela, 2000.

<sup>21</sup> As três gestões públicas correspondem aos governos de Joaquim Rodrigues Coura (1912-1916) e Juscelino Vilar de Carvalho (1916-1920/1920-1924). Tal situação pode ter se dado como reflexo do quadro estadual, pois a administração de Castro Pinto (1912-1916) foi a que, nessa década, menos investiu no processo de modernização da cidade da Parahyba do Norte.

DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrépida Ab Origine: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a Produção da História Local (1905-1930)**. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora LTDA, 1996.

GUIMARÃES, Luíz Hugo. **História do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. João Pessoa: Editora Universitária, 1998.

HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Orgs.). **A Invenção do Brasil Moderno: Medicina, Educação e Engenharia nos Anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

JOFFILY, Irineu. **Notas Sobre a Paraíba** (Fac-símile da edição de 1892). Brasília: Thesaurus, 1977.

JOFFILY, Irineu. **Parahyba**. 1909.

MAIA, Doralice Sátyro. **Tempos Lentos na Cidade: Permanências e Transformações dos Costumes Rurais na Cidade de João Pessoa-PB**. São Paulo: USP, 2000. (Tese Doutorado).

MARIZ, Celso. **Através do Sertão**. Parahyba. 1910.

\_\_\_\_\_. **Figuras e Fatos**. João Pessoa. 1979.

\_\_\_\_\_. **Memória da Assembléia Legislativa**. João Pessoa. 1987.

MONARCHA, C. “A Escola Normal de São Paulo e a Reforma Urbana”. In: **Escola Normal da Praça: O Lado Noturno das Luzes**. São Paulo: Unicamp, 1999, p. 57-109 (coleção momento).

PIMENTEL, Cristino. **Mais Um Mergulho na História Campinense**. Campina Grande: Edições Caravela, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pedaços da História da Paraíba**. Campina Grande. 1953.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a História da Paraíba**. Vol. 02. João Pessoa: Editora Universitária/UFCG, 1977.

RAGO, Luiza Margareth. **Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar: Brasil (1890-1930)**. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1985.

REIS, João José. **A Morte é Uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

TERCEIRO NETO, Dorgival. **Celso Mariz: Uma Legenda Entre os Melhores Escritores Paraibanos**. Coleção Historiadores Paraibanos. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. S/D.

\_\_\_\_\_. **Paraíba de Ontem, Evocações de Hoje**. João Pessoa: Gráfica Santa Marta. 1999.

## **ARQUIVO**

Livros de Registros de Óbitos. Cartório de Registro Civil de Taperoá.

## **JORNAL**

Jornal *A Imprensa*, 31 jan. 1940.